

SÓ IMPOSTO...

DETRAN-MT
DIVULGA
CALENDÁRIO DE
PAGAMENTO DO
LICENCIAMENTO

Página - 7



SORRISO

FISCALIZAÇÃO
INTENSIFICADA;
MULTAS POR
DESCARTE
IRREGULAR

Página - 7



TAXA DE INCÊNDIO

GOVERNO DE
MT EXTINGUE
COBRANÇAS E
ISENTA PÁGTO
NESTE ANO

Página - 3

PRECISANDO PUBLICAR
EM DIÁRIOS OFICIAIS?
ENTÃO ESSE É O LUGAR



DIÁRIO OFICIAL
DA UNIÃO
DO ESTADO

JORNAIS DIÁRIOS
NO ESTADO
NO BRASIL

66 99984-4633

DIÁRIO DO ESTADO

QUARTA-FEIRA

O JORNAL DIÁRIO DO ESTADO DO MATO GROSSO



WEBSITE

07 de janeiro de 2026 | Ano VII - Edição 1709 - R\$ 3,00 | Informações: 66 3535-1000 | www.diariodoestadomt.com.br | Fundado em 2019

DIVULGAÇÃO

FIQUE POR DENTRO



Entenda lei que muda critérios sobre a Moratória da Soja em MT

Maior produtor de soja do Brasil, entidades do setor produtivo de Mato Grosso celebraram a perda da eficácia do acordo privado da Moratória da Soja a partir de 1º de janeiro deste ano, o que abriu espaço para a entrada em vigor de outras leis e normas mais aceitas pela categoria após anos de impasse na Justiça.

Página - 8

DIVULGAÇÃO

Soja (saca 60Kg) Venda

Sinop.....	R\$ 115,10
Sorriso.....	R\$ 115,50
Lucas R. Verde.....	R\$ 116,00
Nova Mutum.....	R\$ 116,50
Rondonópolis.....	R\$ 122,20

Fonte: IMEA

Milho (saca 60Kg) Venda

Sinop.....	R\$ 49,65
Sorriso.....	R\$ 49,15
Lucas R. Verde.....	R\$ 49,45
Nova Mutum.....	R\$ 49,10
Rondonópolis.....	R\$ 53,00

Fonte: IMEA

Arroz (saca 60Kg) Venda

Sinop.....	
Arroz Sequeiro Cultivar Primavera.....	R\$ 60,00
Sorriso.....	
Arroz Sequeiro Cultivar Primavera.....	R\$ 60,00

Fonte: AGROLINK

Algodão

Culabá.....	R\$ 107,72
Sorriso.....	R\$ 106,61
Lucas R. Verde.....	R\$ 106,86
Nova Mutum.....	R\$ 107,24
Rondonópolis.....	R\$ 108,76

Fonte: IMEA

Boi Gordo (Compra comercial)

Sinop.....	R\$ 296,00
Nova Mutum.....	R\$ 299,50
Rondonópolis.....	R\$ 308,75

Fonte: IMEA

Índice de preços

Cesta Básica.....	R\$ 801,12
-------------------	------------

Fonte: IMEA

Cotações

↓ Dólar
-0,49 %
R\$ 5,397

↑ Bovespa
0,96 %
162.077,92

↓ Euro
-0,49 %
R\$ 6,327

Selic (15% a.a.)

Salário mínimo
R\$ 1.621,00

Exportações de carne sobem 43%, mesmo com o tarifaço de Trump

Com um dos maiores rebanhos do Brasil, as exportações de carne de Mato Grosso aumentaram 43,12% apesar do tarifaço do presidente americano Donald Trump, de 50% que durou cerca de 99 dias, de acordo com dados da Sedec. O resultado representa a soma das vendas ao exterior de carne bovina, suína e de aves entre janeiro e novembro de 2025.

página-3



INFRAESTRUTURA

Governo já entregou 256 pontes de concreto em MT

DIVULGAÇÃO



O Governo do Estado já concluiu a construção de 256 novas pontes de concreto em todo o Estado desde janeiro de 2019. Além das pontes, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística firmou convênios com municípios e consórcios para substituir 985 pequenas pontes de madeira por aduelas de concreto ou bueiros metálicos.

Página - 7

DIVULGAÇÃO

CRESCIMENTO EM 2025



MT LIDERA PIB

As projeções de crescimento do PIB estadual para 2025 colocam Mato Grosso na liderança isolada do país. O desempenho supera com folga as economias mais ricas da União e consolida o Centro-Oeste como eixo dinâmico do crescimento nacional.

Página 4

Amazônia Seguros

Todo tipo de seguro a gente faz!

(66)99985-4325
@amazoniasseguros
www.amazoniasseguros.com.br
Av. Gov. Júlio Campos, 1245
St. Comercial, Sinop - MT

Editorial

Desemprego em queda, seguro-desemprego em alta

A taxa brasileira de desemprego caiu a 5,2% no trimestre encerrado em novembro, menor cifra registrada na série histórica do IBGE que começa em 2012. O indicador segue trajetória de queda quase ininterrupta desde o início de 2021, quando marcava 14,9% ainda sob o impacto da pandemia.

É paradoxal que, num momento tão favorável do mercado de trabalho, os gastos públicos com seguro-desemprego estejam em alta. Segundo dados do Tesouro Nacional corrigidos pela inflação, esses desembolsos somaram R\$ 57,5 bilhões nos 12 meses encerrados em novembro, ante um total de R\$ 47,2 bilhões em 2022 —ano que fechou com desocupação em torno de 8%.

Parte da explicação para a distorção está em conhecidos problemas nas regras do programa, que motivaram ajustes parciais há pouco mais de uma década. Num exemplo, trabalhadores podem considerar vantajoso passar temporariamente para a informalidade a acumular os rendimentos da nova atividade com o seguro-desemprego.

Outro fator a inflar os gastos é a política do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de conceder reajustes acima da inflação para o salário mínimo, ao qual estão vinculados benefícios trabalhistas, previdenciários e assistenciais.

Nos dois casos se veem ineficiências da despesa social —que, corretamente, é a prioridade do Estado num país de desigualdades vexaminosas. O gasto é elevado, mas por vezes de modo insustentável e nem sempre destinado às devidas prioridades.

Por metodologia que permite comparações internacionais, o setor público brasileiro despende o equivalente a 16,8% do Produto Interno Bruto em proteção social. Numa amostra de países selecionados em relatório do Tesouro, a cifra supera a média das economias avançadas (15,2% do PIB) e, por larga margem, a das emergentes para as quais há dados disponíveis (8,9%).

Entretanto nossos recursos são concentrados na terceira idade (9,1% do PIB), em razão principalmente do pagamento de aposentadorias acima dos padrões globais. Esses montantes hoje são inflados pelos aumentos reais do salário mínimo, mais caros e menos eficazes no combate à pobreza que o Bolsa Família —por sinal elevado de 0,4% para 1,4% do produto nos últimos anos.

Por fim, crescem de forma acelerada os gastos com benefícios de prestação continuada (BPC) para idosos e deficientes de baixa renda, que em valores corrigidos chegaram a R\$ 126,3 bilhões nos 12 meses encerrados em novembro, ante R\$ 78,8 bilhões em 2022.

A política social precisa de mais foco e menos redundância, pois não será possível elevar eternamente as despesas com todos os programas. Na situação atual o governo já não consegue fechar suas contas mesmo com expressiva alta das receitas, o que pressiona à inflação e obriga o Banco Central a manter juros nas alturas —prejudicando, sobretudo, os estratos mais carentes.

Nos dois casos se veem ineficiências da despesa social —que, corretamente, é a prioridade do Estado num país de desigualdades vexaminosas. O gasto é elevado, mas por vezes de modo insustentável e nem sempre destinado às devidas prioridades

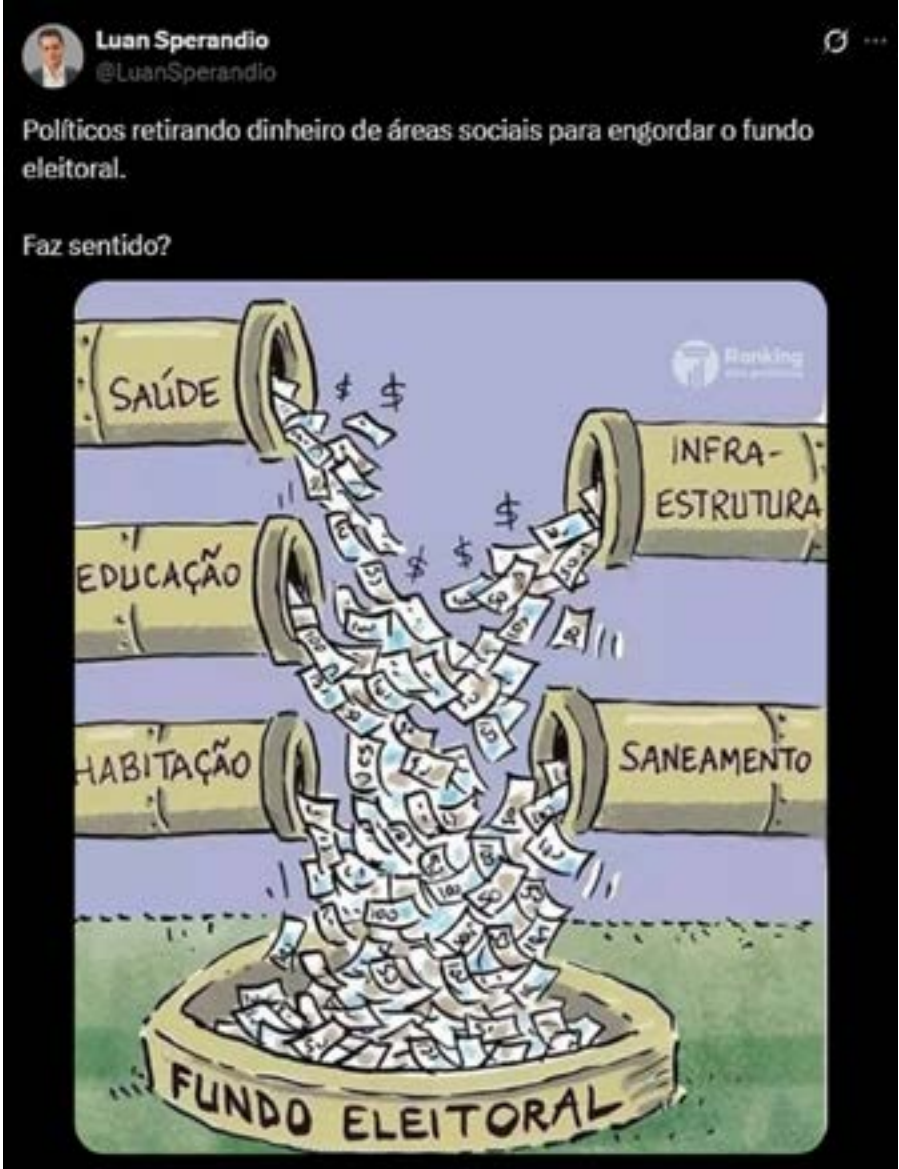


IMAGEM DO DIA



O Corpo de Bombeiros foi acionado, neste domingo (4.1), para combater um incêndio em uma carga de pluma de algodão transportada por uma carreta na BR-163, em Rondonópolis. A equipe do 3º Batalhão de Bombeiro Militar (3º BBM) foi acionada por volta das 7h20, via Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp), e se deslocou ao local indicado. Ao chegar, foi constatado que o incêndio envolvia um conjunto veicular composto por reboque e semirreboque. No primeiro semirreboque, havia um pequeno foco de incêndio, que foi rapidamente controlado. Em seguida, foi realizado o resfriamento da estrutura, que permaneceu sem focos ativos. Posteriormente, foi identificado um incêndio de maior proporção no reboque. Diante da situação, a equipe montou uma linha de combate e iniciou o combate direto às chamas.



VAGA NA CÂMARA

A primeira-dama Virginia Mendes foi citada em uma matéria do Jornal O Globo como uma das apostas entre as candidaturas de esposas de líderes partidários e governantes para a Câmara e o Senado. O texto cita as articulações envolvendo nomes de peso nacionais, com destaque para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL), e diz que a estratégia visa “transferir” o capital político de maridos que estão no poder para suas parceiras. “Já a candidatura de Virginia Mendes, casada com o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, para deputada federal tem sido incentivada por políticos do estado. Entre eles, está o presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi, que declarou apoio. Virginia, no entanto, considera cedo a discussão. Sendo sim ou não, afirma que terá o apoio do marido”, diz a reportagem.

ACORDO COM A UNIÃO

O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), César Miranda Lima, assinou um convênio com o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, para repassar aos municípios caminhões truck para suas necessidades. O valor do acordo é de R\$ 18,140 milhões. O ato foi assinado na semana passada pelas duas gestões. Do total do convênio, a contrapartida do Governo do Estado é de cerca de R\$ 282 mil. O valor ainda será licitado e a distribuição será feita posteriormente aos municípios de Mato Grosso.

RÉVEILLON DA FAMÍLIA

O Réveillon da Família, evento católico promovido pelo prefeito Abilio Brunini (PL) na virada de 2025 para 2026, custou R\$ 1.828.276,20 aos cofres públicos. O evento ocorreu no Parque das Águas. O dinheiro usado foi de emendas impositivas dos suplentes de vereadores Rogério Varanda (PSDB) e Felipe Corrêa (PL) e do vereador Demilson Nogueira (PP). Entre as apresentações estavam Banda Rosa de Saron, Fernanda Brum, Samuel Eleotério, Banda Gaudium, Banda Os Bençãos, Bruno Cerqueira e DJ Pedrinho. Segundo informações da prefeitura, 40 mil pessoas estiveram na festa.

I.N.T.E.R.L.I.G.A.D.O



POR LEANDRO CARECA

Pela qualidade da foto...

Poucas pessoas, hoje em dia, têm uma câmera digital ou uma filmadora. Na esmagadora maioria dos casos o celular é responsável por todos os registros do cotidiano e até mesmo das ocasiões especiais. A esmagadora maioria dos dispositivos móveis atual consegue registrar imagens com qualidade satisfatória, e isso faz com que o uso de um dispositivo secundário com a mesma finalidade se torne atípico.

Esse cenário nos deixa, então, em um universo digital de imagens de boa qualidade. Quem, assim como eu, acompanhou a evolução da tecnologia sabe que nem sempre foi assim. A evolução das câmeras digitais nos trouxe períodos em que alguns dispositivos tiravam fotos realmente ruins, mas essas limitações ficaram no passado.

Isso faz com que nos acenda um alerta sempre que esbarramos em uma foto de qualidade duvidosa, e elas, por incrível que pareça, nos cercam. Seja em fotos de perfil, anúncio de produtos à venda e muito mais. E não precisa ser nenhum “gênio” para saber que qualquer coisa fora do normal deve ser, sim, levada em consideração.



De vez em quando alguém me adiciona em redes sociais ou manda mensagem em comunicadores instantâneos usando fotos de baixa qualidade. O que eu faço? Nem gasto tempo, simplesmente ignoro. As chances de ser alguém “real” com uma foto ruins são muito pequenas, e quando isso acontece outros indícios são perceptíveis.

Procurar algo nos classificados também é uma aventura cheia de fotos injustificavelmente ruins. Recentemente, ao buscar alguns modelos de motos pelos quais tenho interesse, encontrei vários anúncios com fotos péssimas, incompatíveis com os aparelhos atuais. Outros pontos em comum estão na falta de descrição dos itens e no valor excessivamente atraente, fatores que ajudam a sinalizar tentativa de golpe.

E a gente vai ficando por aqui. Suas opiniões, sugestões e críticas são muito importantes, e você pode entrar em contato pelos fones (66) 99971-6500, (11) 98632-6500 ou pelo e-mail, lsussi@hotmail.com. Do mais um grande abraço, e até a próxima, se Deus quiser!

O golpe do falso corretor e os riscos silenciosos para cidadãos e profissionais



THIAGO ZORZETO

o enfrentamento ao golpe do falso corretor exige atuação conjunta: entidades representativas, profissionais habilitados, poder público e sociedade civil

O crescimento urbano e imobiliário observado em diversas cidades brasileiras, especialmente em polos regionais em expansão, trouxe oportunidades importantes para o desenvolvimento econômico. No entanto, esse mesmo cenário também abriu espaço para práticas criminosas cada vez mais sofisticadas, entre elas o chamado golpe do falso corretor de imóveis – uma fraude que afeta não apenas consumidores, mas também profissionais sérios e o próprio mercado.

Esse tipo de golpe ocorre quando criminosos se passam por corretores ou proprietários, utilizando anúncios falsos, imagens copiadas da internet e informações incompletas para negociar imóveis que não lhes pertencem. O objetivo é induzir a vítima ao pagamento de sinal, entrada ou taxas antecipadas, geralmente sob o argumento de urgência ou condições “imperdíveis”.

Do ponto de vista jurídico, as consequências são amplas e delicadas. Para o cidadão lesado, além do prejuízo financeiro imediato, há impacto emocional, insegurança e, em muitos casos, dificuldade para reaver valores pagos. Já para os profissionais do setor imobiliário, o dano é coletivo: a credibilidade da atividade é colocada em xeque, gerando desconfiância generalizada e afetando negociações legítimas.

Outro ponto preocupante é que esses golpes frequentemente exploram lacunas de informação e a pressa. Pessoas que chegam a uma nova cidade, famílias em busca de moradia ou investidores iniciantes tendem a baixar a guarda diante de promessas de menos burocracia ou preços abaixo do mercado. Essa combinação — urgência, desconhecimento e expectativa de vantagem — é o terreno ideal para a fraude.

Sob a ótica legal, a atuação de falsos corretores pode configurar crimes como estelionato, falsidade ideológica, uso indevido de documentos e, em alguns casos, as-

sociação criminosa. Ainda assim, a repressão isolada não é suficiente. A prevenção continua sendo o instrumento mais eficaz para proteger cidadãos e preservar a saúde do mercado imobiliário.

É fundamental compreender que a regularidade profissional não é um detalhe burocrático, mas uma garantia de segurança jurídica. Corretores devidamente registrados, contratos claros, visitas acompanhadas, leitura atenta de documentos e verificação de titularidade do imóvel são etapas indispensáveis de qualquer negociação responsável. Ignorá-las pode transformar uma economia aparente em um prejuízo significativo.

O impacto desse tipo de golpe ultrapassa a relação individual entre vítima e criminoso. Ele enfraquece a confiança no ambiente de negócios, gera judicialização desnecessária e sobrecarrega o sistema público de segurança e justiça. Para uma cidade que cresce e atrai investimentos, esses efeitos colaterais são particularmente nocivos.

Por isso, o enfrentamento ao golpe do falso corretor exige atuação conjunta: entidades representativas, profissionais habilitados, poder público e sociedade civil. Informação, orientação e vigilância são ferramentas tão importantes quanto a punição penal.

Em um mercado cada vez mais dinâmico, segurança jurídica não é um entrave — é um diferencial. Negócios sustentáveis se constroem com transparência, responsabilidade e respeito às regras. Proteger o cidadão e valorizar o profissional regular é proteger o desenvolvimento da cidade como um todo.

THIAGO REBELLATO ZORZETO É ADVOGADO EM DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

EXPEDIENTE



DIÁRIO DO ESTADO MT

05.460.358/0001-10



Diário do Estado de Mato Grosso

SINOP
Rua dos Angelins, 10 Sala 01 – Jardim das Oliveiras – Sinop-MT
CEP 78552-442 Caixa Postal 180

CUIABÁ
Rua dos Angelins, 10 Sala 02 – Jardim das Oliveiras – Sinop-MT
CEP 78552-442 Caixa Postal 180

Diretor-Geral
Carlos Oliveira

Diretor de Redação
José Roberto Gonçalves

Editor de Política
Clemerson Mendes

Diagramação e Artes
Thiago Slovinski

E-mails

atendimento@diariodoestadomt.com.br
comercial@diariodoestadomt.com.br
redacao@diariodoestadomt.com.br
Fone: 66 3535-1000

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES

ASSINATURAS

Sinop - R\$ 600,00 anual
Outras cidades - R\$ 800,00 anual



www.diariodoestadomt.com.br

Governo e Aprosoja comemoram vitória histórica no agro

MORATÓRIA DERROTADA. Tradings deixam pacto após lei de MT e produtores comemoram vitória legal

CLEMERSON SM

A Moratória da Soja, pacto ambiental de quase 20 anos que condicionava compra de grãos à não produção em áreas desmatadas, sofreu reviravolta política e legal. Abiove e grandes tradings não constam mais entre os signatários no site do acordo, após lei de Mato Grosso que condiciona incentivos fiscais à saída. Produtores rurais e entidades locais veem na decisão uma vitória contra regras consideradas supraléguas e prejudiciais.

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, anunciou o fim prático da Moratória da Soja no estado. Segundo ele, a Abiove — entidade que representa as grandes tradings compradoras de soja e milho — comunicou oficialmente a saída do pacto ambiental, que impunha restrições além da legislação brasileira. A partir de agora, o Código Florestal passa a ser o único parâmetro para exigências ambientais no setor. “Recebi nesse momento um comunicado oficial da Abiove... a partir de agora essas empresas deverão cumprir a legislação ambiental do nosso país. O Código Florestal Brasileiro será a baliza”, disse.

Com o tempo, produtores de Mato Grosso passaram a criticar o pacto, alegando

prejuízos econômicos e a imposição de regras acima da lei. A recente legislação estadual, que condiciona incentivos fiscais à saída do acordo, acelerou a decisão das empresas. “Essa é uma vitória do Estado de Mato Grosso. Nós tínhamos exigências que traziam prejuízos aos produtores, criando regras muito acima da lei brasileira. Chegamos ao início de 2026 com esse problema resolvido”, comemorou o governador.

Para os produtores rurais, a decisão representa o fim de uma longa disputa jurídica e política. O presidente da Aprosoja Mato Grosso, Lucas Costa Beber, afirma que a entidade sempre considerou a Moratória da Soja um acordo privado, ilegal e incompatível com o Código Florestal. Segundo ele, a saída das tradings corrige distorções que penalizavam quem já cumpria a legislação ambiental. “Hoje é um dia muito importante para os produtores de soja. Celebramos uma vitória depois de tantos anos sendo prejudicados por um acordo incompatível com a legislação nacional”, disse.

A Aprosoja também destaca que decisões recentes do Supremo Tribunal Federal e do Cade reforçaram a segurança jurídica e apontaram possíveis irregularidades econômicas no pacto. Com a



FOTO: MAYKE TOSCANO

Código Florestal passa a ser o único parâmetro

Moratória da Soja sem validade a partir de 1º de janeiro, o setor passa a operar exclusivamente sob as regras do Código Florestal, enquanto o

mercado internacional acompanha os desdobramentos dessa mudança no maior estado produtor de soja do país. “É um reconhecimento

de que a Aprosoja Mato Grosso estava do lado certo. Seguimos comprometidos com práticas responsáveis, com a lei brasileira e com um am-

biente justo para os produtores”, finalizou. Na página 8 desta edição do Diário do Estado MT, confira os detalhes do que é a Moratória da Soja.

PROGRESSÃO FUNCIONAL

Justiça manda VG pagar R\$ 1,4 mi a oito guardas municipais

DA REPORTAGEM

A Justiça de Mato Grosso determinou que a Prefeitura de Várzea Grande pague cerca de R\$ 1,4 milhão a oito guardas municipais por diferenças salariais, decorrentes da demora de cerca de cinco anos na progressão funcional prevista em lei. A decisão é do juiz Francisco Rogério Barros, da 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Várzea Grande, que homologou os cálculos elaborados pela Contadoria Judicial.

O processo trata de um cumprimento de sentença ajuizado pelos guardas municipais após o reconhecimento judicial do direito à progressão funcional. Segundo consta nos autos, os servidores deveriam ter sido reequadrados na carreira em prazo regular, mas a ascensão só ocorreu anos depois, o que gerou perdas salariais significativas.

As diferenças atingiram

não apenas o salário-base, mas também o 13º salário, o adicional de um terço de férias e demais reflexos legais. Após o trânsito em julgado, o processo foi encaminhado à Contadoria Judicial, que apurou os valores com base em holerites apresentados nos autos, com correção monetária pelo IPCA-E e aplicação de juros de 6% ao ano, contados a partir da citação do Município, ocorrida em março de 2015.

O Município de Várzea Grande foi intimado a se manifestar sobre os cálculos, mas não apresentou impugnação, permanecendo inerte. Diante disso, o juiz considerou os valores incontroversos e determinou o prosseguimento da execução. Na decisão, o magistrado também fixou honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da condenação, referentes à fase de conhecimento da ação.

Conforme os cálculos



FOTO: DIVULGAÇÃO

Juiz Francisco Rogério Barros, da 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública de VG

homologados no processo, os valores atualizados a serem pagos a cada servidor são os seguintes: Adanary Silva Toledo Pizza – R\$ 197.681,09; Beatriz Regina Marchetti – R\$ 197.681,09; Edivan Aparecido Dias de Amorim – R\$

197.681,09; Amarildo dos Santos de Arruda – R\$ 196.361,02; Silvana Oliveira Aguiar – R\$ 196.361,02; Rodrigo Alonso Lemes – R\$ 193.557,22; Fraúlen Eliza Rodrigues de Miranda – R\$ 193.557,22; José Cariolano Xavier – R\$ 193.557,22.

SEM ESPAÇO...

Decreto redefine critérios para incentivos no agro

CLEMERSON SM

A estratégia eleitoral da suplente de senadora Margareth Buzetti enfrenta entraves dentro da federação União Progressista. A aliança entre PP e União Brasil redesenhou prioridades em Mato Grosso. Nomes consolidados dominam o cenário. O movimento levanta dúvidas sobre o caminho escolhido pela parlamentar para 2026.

A tentativa de Margareth Buzetti de viabilizar uma nova candidatura ao Senado segue emperrada, agora dentro da própria federação formada por PP e União Brasil. A aliança, que ampliou o peso nacional das siglas, reduziu o espaço político da senadora em Mato Grosso e a empurrou para uma posição periférica nas articulações.

O ponto central do impasse é a prioridade definida pelo União Brasil, partido majoritário da federação no estado. A legenda trabalha abertamente com dois nomes para o Senado: o governador

Mauro Mendes e o senador Jayme Campos. Nesse desenho, onde Buzetti se encaixa? Há margem real para um terceiro nome ou a disputa já está, na prática, fechada?

Nos bastidores, dirigentes do União Brasil consideram mais provável que Jayme Campos dispute a reeleição ao Senado, e não o Governo do Estado. Esse movimento fortalece a construção de uma “dobradinha” com Mauro Mendes, cenário que inviabiliza, ao menos neste momento, qualquer projeto alternativo dentro da federação.

Ainda assim, Buzetti optou por retornar ao PP. A decisão levanta questionamentos: por que voltar a um partido onde ela não figura como prioridade? Qual a lógica de apostar em uma federação onde o aliado mais forte já tem seus candidatos definidos?

Diante da possibilidade de permanecer em segundo plano, aliados da senadora passaram a discutir alterna-



FOTO: DIVULGAÇÃO

Norma veda benefícios a empresas com restrições além da lei

tivas, incluindo uma eventual mudança partidária. O Partido Novo aparece como opção, embora tenha baixa

presença em Mato Grosso. Seria uma aposta estratégica ou apenas uma saída diante do isolamento político?

TAXA DE INCÊNDIO

Governo extingue cobranças e isenta pagamento em 2026

CLEMERSON SM

O Governo de Mato Grosso decidiu extinguir as cobranças da Taxa de Segurança contra Incêndio (Tacin) referentes aos últimos anos e conceder isenção total da taxa ao longo de todo o ano de 2026. Com a mudança, deixam de ser exigidos todos os débitos relacionados a fatos geradores ocorridos até 2025, encerrando um passivo que se acumulava desde a criação da cobrança.

A anistia abrange valores inscritos ou não em dívida ativa, além de débitos que estavam em fase de cobrança administrativa ou judicial. Segundo a Secretaria de Estado de Fazenda, a medida tem como objetivo encerrar definitivamente a discussão sobre a exigência retroativa da taxa e garantir maior segurança jurídica aos contribuintes, especialmente aos setores produtivos.

O secretário adjunto de Receita Pública, Fábio Pimenta, afirmou que a nova legislação traz clareza à rela-

ção entre o Estado e os contribuintes. Segundo ele, “a lei elimina passivos antigos e simplifica a relação com o poder público, atendendo a uma demanda histórica do comércio varejista e de entidades representativas do setor empresarial”, apontou.

De acordo com a Secretaria de Fazenda, todos os processos e procedimentos de cobrança já iniciados serão encerrados, independentemente da fase em que se encontram. A mesma regra será aplicada ao adicional de 10% destinado ao Fundestec, que era cobrado de forma complementar à taxa de incêndio.

Fábio Pimenta destacou que a decisão busca equilíbrio entre legalidade e razoabilidade. Para ele, “não seria justo cobrar anos acumulados de Tacin”, sobretudo de contribuintes que já enfrentavam incertezas jurídicas sobre a exigência do tributo.

Com a nova lei, o governo afirma que encerra o passivo histórico da cobrança e reforça a previsibilidade na relação fiscal com os contribuintes.



FOTO: ASSESSORIA

Medida também alcança adicional de 10% destinado ao Fundestec

AGRICULTURA		PECUÁRIA		CONJUNTURA ECONÔMICA		Dólar Comercial		Dólar PTAX		Dólar Turismo		Euro Comercial		Euro x Dólar												
Cotação do dia: 19/12/2025		Cotação do dia: 19/12/2025		Cotação do dia: 30/11/2025		5,3986 -0,46%		5,4351 -0,04%		5,6265 -0,12%		6,3262 -0,50%		1,1728 -0,22%												
SOJA	Nova Ubatã	R\$/ac 115,70	BOI	Sorriso	R\$/kg 297,79	Cesta Básica	Curitiba	R\$ 801,12	<div>Mega-Sena Concurso 2955 09 13 21 32 33 59</div>		<div>Quina Concurso 6918 09 21 24 63 69</div>		<div>Bolsa de Valores BVSP Bovespa IND</div> <table><tr><th>Pontos</th><th>Volume</th><th>Máxima (Dia)</th><th>Mínima (Dia)</th><th>Variação</th></tr><tr><td>182.002,09</td><td>9,85 bi</td><td>182.044,27</td><td>180.214,70</td><td>6,91 %</td></tr></table>				Pontos	Volume	Máxima (Dia)	Mínima (Dia)	Variação	182.002,09	9,85 bi	182.044,27	180.214,70	6,91 %
Pontos	Volume	Máxima (Dia)	Mínima (Dia)	Variação																						
182.002,09	9,85 bi	182.044,27	180.214,70	6,91 %																						
MILHO	Alta Araguaia	R\$/ac 59,35	VACA	Comodoro	R\$/kg 270,65	VBP MT	Mato Grosso	R\$ bi 199,11																		
ALGODÃO	Mato Grosso	R\$/kg 188,96	LEITE	Noroeste	R\$/l 1,90	Emp. Agro	Mato Grosso	445.295																		
FONTE: MEIA		FONTE: MEIA		FONTE: MEIA																						

MT lidera crescimento do PIB em 2025

A FORÇA DO ESTADO. Estado cresce quase o triplo da média nacional, bem acima de SP, RJ, RS

CLEMERSON SM

As projeções de crescimento do PIB estadual para 2025 colocam Mato Grosso na liderança isolada do país. O desempenho supera com folga as economias mais ricas da União e consolida o Centro Oeste como eixo dinâmico do crescimento nacional. O mapa econômico revela contrastes regionais profundos. O avanço nacional segue concentrado em poucos estados.

A projeção do Produto Interno Bruto dos estados em 2025 revela um Brasil em ritmos desiguais, mas com um protagonista claro: Mato Grosso. Com crescimento estimado em 7,1%, o estado lidera o ranking nacional e abre uma distância expressiva em relação às economias mais ricas do país, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, cujas taxas não ultrapassam 2%. O desempenho mato-grossense chama atenção não apenas pelo volume, mas pela comparação direta. Enquanto São Paulo, maior PIB do Brasil, cresce 1,9%, Minas Gerais avança 1,0% e o Rio de Janeiro apenas 0,9%, Mato Grosso cresce quase quatro vezes mais que a média desses estados. Trata-se de

uma inversão simbólica do eixo tradicional do crescimento econômico brasileiro.

Esse avanço é sustentado pela força do agro-

negócio, pela expansão da produção de grãos e proteínas, pelos ganhos logísticos e pela crescente integração com o mercado externo. Mesmo em um ambiente de juros elevados e restrições fiscais, Mato Grosso mantém tração econômica e amplia sua relevância no cenário nacional.

Na esteira desse movimento, o Centro-Oeste se consolida como o grande polo de crescimento do país. Mato Grosso do Sul aparece com expansão de 5,9% e Goiás, com 3,6%, reforçando a ideia de que a região deixou de ser apenas fornecedora de commodities para se tornar um eixo estruturante da economia brasileira.

Outras regiões avançam em ritmo mais moderado. No Nordeste, a Paraíba se destaca com 5,5%, enquanto Maranhão e Ceará crescem abaixo da média nacional. No Sul, Santa Catarina registra 4,5%, mas o Rio Grande do Sul fica limitado a 0,4%, pressionado por fatores climáticos e fiscais. Na ponta inferior do ranking, Pernambuco (-0,3%) e Roraima (-0,1%) projetam retração. O crescimento médio do Brasil, estimado em 2,2%, evidencia que o desempenho nacional segue ancorado em poucos estados. Em 2025, Mato Grosso não apenas lidera: dita o ritmo do crescimento brasileiro.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Região Centro-Oeste também se destaca

MELHORAMENTO GENÉTICO

Modernizando rebanhos leiteiros e aumentando produtividade da agricultura familiar no estado

FOTO: DIVULGAÇÃO



Projeto opera por meio de termos de cooperação

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Os investimentos do Governo do Estado em melhoramento genético do rebanho leiteiro vêm promovendo mudanças estruturais na produção de leite da agricultura familiar em diversas regiões do estado. Por meio de projetos coordenados pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf-MT), com acompanhamento técnico da Empaer-MT, produtores têm acesso a genética de alto valor, tecnologia e assistência contínua, resultando em mais produtividade, eficiência e renda no campo.

Entre 2020 e 2025, foram distribuídas 36.297 doses de sêmen, entre convencional e sexado, de cinco raças leiteiras, Holandês, Jersey, Girolando ¾ e 5/8 e Gir Leiteiro, beneficiando 60 municípios e cinco cooperativas. Somente em 2025, a Seaf adquiriu 8.275 doses de sêmen, sendo 5.585 sexadas, ampliando significativamente o potencial de formação de rebanhos voltados à produção leiteira.

O total de investimentos em prenhes, embriões e sêmen entre 2020 e 2025 é de R\$ 10,5 milhões. Segundo a secretaria de Estado de Agricultura Familiar, Andreia Fujioka, o impacto das ações vai além do aumento da produção. “Esses projetos levam tecnologia e conhecimento diretamente ao produtor de leite da agricultura familiar. Os resultados se refletem no aumento da produção, na melhoria do rebanho e, principalmente, na mudança de mentalidade sobre a atividade. O produtor passa a enxergar o leite como um negócio sustentável, moderno e competitivo. Essa é a visão do Governo do Estado, que vem transformando a vida de quem vive da agricultura familiar, criando oportunidades reais para competir no mercado”, destaca a secretária. Outro eixo estratégico é o Projeto de Melhoramento Genético por Transferência de Embriões, iniciado em 2020 e mantido até hoje. No período, foram realizadas 4.378 prenhes sexadas de

fêmeas, em 34 municípios, beneficiando 925 produtores, todos acompanhados tecnicamente pela Empaer. O projeto opera por meio de termos de cooperação com prefeituras e acordos com cooperativas e associações, que entram com contrapartida de 20% a mais de prenhes, garantindo maior alcance e eficiência. A iniciativa alcançou 100% de satisfação entre os produtores participantes e foi reconhecida com um Prêmio de Inovação e Eficiência.

De acordo com a médica veterinária Vânia Ângela Kohl, coordenadora do programa de melhoramento genético da Seaf, os projetos vêm transformando a atividade leiteira.

“A mudança ocorre não apenas pelo aumento da produção de leite, mas também pela evolução da mentalidade dos próprios produtores. Com acesso à assistência técnica e à tecnologia de ponta, eles compreenderam que não faz mais sentido manter vacas de baixa produção quando podem investir em

animais capazes de produzir três a quatro vezes mais”, explica. O Projeto de Fornecimento de Novilhas Prenhes, executado entre 2022 e 2024, também contribuiu para esse avanço. Foram entregues 324 novilhas Girolando meio-sangue a 177 produtores, em seis municípios: Novo Horizonte do Norte, Colniza, Bom Jesus do Araguaia, Comodoro, Terra Nova do Norte e Alta Floresta. Cada produtor recebeu duas novilhas, uma adquirida com recursos da Seaf e outra como contrapartida das entidades parceira, além de assistência técnica obrigatória por um ano, com relatórios mensais apresentados à equipe técnica da secretaria.

Em 2025, uma nova licitação foi realizada para garantir a continuidade do fornecimento de novilhas nos próximos dois anos, reforçando a política de fortalecimento da cadeia leiteira em Mato Grosso. Para a coordenação do programa, o conjunto das ações consolida um novo patamar para a produção de leite na agricultura familiar.

MATO-GROSSENSE

Exportações de carne sobem 43% apesar do tarifaço de Trump

DA REPORTAGEM

Com um dos maiores rebanhos do Brasil, as exportações de carne de Mato Grosso aumentaram 43,12% apesar do tarifaço do presidente americano Donald Trump, de 50% que durou cerca de 99 dias, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sedec). O resultado representa a soma das vendas ao exterior de carne bovina, suína e de aves entre janeiro e novembro de 2025.

O receio do setor agropecuário, agora, se dá em relação à sobretaxa adicional de 55% da China, válida por três anos. A medida vale sobre o excedente das cotas de países fornecedores, como o Brasil.

O bom desempenho de Mato Grosso na exportação de carne ocorreu especialmente pela estratégia de redirecionar os embarques e ampliar as vendas para mercados asiáticos, o que ajudou a passar praticamente à margem do impacto do tarifaço de Trump.

As exportações totais de carnes saltaram de aproximadamente US\$ 2,7 bilhões, em 2024, para cerca de US\$ 3,85 bilhões, em 2025, no acumulado de janeiro a novembro, conforme dados da Sedec.

O principal crescimento nas vendas foi da carne bovina, que bateu novo recorde, em novembro, ao superar as 112 mil toneladas, de acordo com dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).

Segundo a Sedec, o valor das vendas ao exterior da carne bovina passou de US\$ 2,45 bilhões para US\$ 3,62 bilhões no período, e pela carne suína, que avançou de US\$ 59,97 milhões para US\$ 68,55 milhões. Os dados mostram que o número de abates recuou em 2025. O abate de bovinos passou de 7,14 milhões de cabeças em 2024 para 5,39 milhões em 2025.

Nos suínos, a redução foi de 2,79 milhões para 2,07 milhões, enquanto, na avicultura, os abates caíram de 211,87 milhões para 158,13 milhões de frangos. Ainda assim, a receita das exportações avançou, impulsionada pelo maior valor agregado da carne exportada, de acordo com a Sedec.

O principal destino da carne bovina de Mato Grosso continua sendo a China, que responde por 54,8% de toda a carne bovina exportada pelo estado em 2025, segundo o Imea.

Contudo, o setor agropecuário segue preocupado com a sobretaxa anunciada no começo deste ano sobre a carne brasileira. A Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) afirmou que qualquer incidente causa impactos em toda a cadeia produtiva, especialmente sobre o bolso do pecuarista.

Em seguida, vem Hong Kong, Egito, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Filipinas. No caso da carne suína e de aves, mercados asiáticos como China, Japão, Coreia do Sul e países do Oriente Médio mantiveram forte ritmo de compras neste ano.

FOTO: ASSESSORIA



MT conseguiu redirecionar os embarques e ampliar as vendas para mercados asiáticos

Campeonato Mato-grossense 2026 começa com cinco jogos no sábado

1ª RODADA. Competição estadual terá 10 clubes, turno único na primeira fase e novidade nas quartas de final

DA REPORTAGEM

Vai começar o Campeonato Mato-grossense de 2026. A Federação Matogrossense de Futebol (FMF) divulgou a tabela detalhada da competição, que contará com a participação de 10 clubes: Chapada, Cuiabá, Luverdense, Mixto, Nova Mutum, Operário-VG, Primavera, Sport Sinop, União e Várzea Grande (antigo Operário LTDA).

A primeira rodada será disputada integralmente no dia 10 de janeiro (sábado), com partidas distribuídas em cinco cidades diferentes, marcando a abertura oficial do calendário estadual.

Atual campeão mato-grossense, o Primavera estreia diante do Chapada, campeão da Segunda Divisão. Apesar de ser o mandante, o time de Primavera do Leste não poderá atuar no Estádio Cerradão, que passa por obras emergenciais realizadas pela Prefeitura. Com isso, o confronto foi transferido para o Estádio Félix Belém de Castro, em Campo Verde.

Outro destaque da rodada de abertura é o clássico entre Mixto e União Rondonópolis, marcado para o Estádio Dutrinha, em Cuiabá. Já Luverdense e Cuiabá se enfrentam no

Passo das Emas, em Lucas do Rio Verde, em um dos duelos mais aguardados da rodada.

No interior do estado, Nova Mutum e Sport Sinop fazem o “duelo do Nortão”, enquanto Operário-VG e Várzea Grande se enfrentam no estádio Dito Souza, em uma partida regional entre as duas equipes do mesmo município.

FORMATO E REGULAMENTO

O Campeonato Mato-grossense de 2026 manterá o formato adotado na temporada passada, com turno único na primeira fase, em que todas as equipes se enfrentam. A principal novidade está nas quartas de final, que nesta edição serão disputadas em jogo único, com mando de campo do clube de melhor campanha na fase classificatória.

Ao fim dessa etapa: os dois primeiros colocados avançam diretamente às semifinais; do 3º ao 6º lugar disputam as quartas de final, que nesta edição serão realizadas em jogo único, principal novidade do regulamento; 7º e 8º colocados são eliminados; os dois últimos serão rebaixados para a Segunda Divisão. A competição contará com 14 datas, seguindo o calendário nacional do futebol brasilei-



FOTO: GIL GOMES

Mixto e União se enfrentam na abertura do Mato-grossense 2026

ro. Além do título estadual, o Campeonato Mato-grossense 2026 garantirá: Vagas na Copa do Brasil: 3 via

estadual (sendo a terceira destinada à equipe de melhor campanha entre os semifinalistas); e uma

vaga via Copa FMF.

Caso a Copa FMF não seja realizada, a quarta vaga ficará com o quarto

colocado do estadual. Os dois finalistas também asseguram vaga na Série D do Campeonato Brasileiro.

RC PUBLICAÇÕES OFICIAIS

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

Diários Oficiais da união do Estado e Jornais de grande circulação no estado

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

ISSN 1677-7050

DIÁRIO OFICIAL

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO

NO ESTADO DE MATO GROSSO

REGIONAL - ESTADUAL - NACIONAL

LICENÇAS AMBIENTAIS | AVISOS - BALANÇOS | NOTIFICAÇÕES

TUDO EM UM SÓ LUGAR

66 9984-4633 - 99994-3338

Governo já entregou 256 pontes de concreto; veja as maiores entregues

INFRAESTRUTURA. Previsão é eliminar mais de mil pontes de madeira, com a substituição por aduelas de concreto e bueiros metálicos

ASSESSORIA DE IMPRENSA

O Governo do Estado já concluiu a construção de 256 novas pontes de concreto em todo o Estado desde janeiro de 2019. Além das pontes, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) firmou convênios com municípios e consórcios para substituir 985 pequenas pontes de madeira por aduelas de concreto ou bueiros metálicos.

Somadas a mais 99 pontes, que já estão com obras em execução, a atual gestão chegará até o fim de 2026 com mais de mil pontes de madeira eliminadas em Mato Grosso, além de balsas e novas rotas logísticas criadas.

O secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Marcelo de Oliveira, explicou que a substituição de pontes de madeira é uma das maiores ações desenvolvidas pelo Governo do Estado.

"Pontes de madeira são um grande obstáculo para o desenvolvimento. Elas não suportam veículos pesados, precisam de manutenção constante e não resistem ao período de chuva. Quando ela é eliminada, isso traz previsibilidade para o produtor, permite o desenvolvimento da produção agrícola e beneficia toda a população que precisa se deslocar pelas estradas", afirmou.

Confira a lista das 5 maiores pontes de concre-

to entregues pelo governo: ponte sobre o Rio Teles Pires na MT-419, entre Novo Mundo e Carlinda, com 692 metros; ponte sobre o Rio Teles Pires na MT-325, em Alta Floresta, com 550 metros; ponte sobre o Rio das Mortes na MT-326 entre Cocalinho e Nova Nazaré, com 483 metros; ponte sobre o Rio Cuia-bá, entre o Parque Atalaia e o Parque do Lago, com 392 metros; ponte sobre o Rio Comandante Fontoura, na MT-430 entre Santa Cruz do Xingu e Vila Rica, com 300,9 metros.

ADUELAS E BUEIROS

Tanto as aduelas de concreto, quanto os bueiros metálicos, são estruturas que podem ser instaladas nas rodovias para permitir a passagem de água por baixo da estrada. Elas são indicadas para cursos de água com volume menor e menor extensão.

A Sinfra firmou uma série de convênios com prefeituras para substituir pequenas pontes de madeiras em rodovias vicinais de Mato Grosso. No entanto, alguns bueiros e aduelas são instalados pela própria Sinfra durante a execução de obras rodoviárias.

Até o momento, são 985 pontos com substituições já realizadas ou em andamento. O investimento da Sinfra na aquisição destes materiais chega a R\$ 161 milhões.



Ponte sobre o Rio Teles Pires na MT-419

SÓ IMPOSTO...

Detran-MT divulga calendário de pagamento do Licenciamento 2026

DA REPORTAGEM

O Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (Detran-MT) divulgou, no Diário Oficial do Estado, o calendário de pagamento do Licenciamento Anual de Veículos para o ano de 2026.

Proprietários de veículos com placas finais 1, 2 e 3 devem efetuar o pagamento do Licenciamento 2026 até o dia 31 de março. Para veículos com placa final 4, o pagamento será em abril; final 5, em maio; final 6, em junho; final 7, em julho; final 8, em agosto; final 9, em setembro; e final 0, em outubro.

A guia pode ser emitida no site do Detran-MT, na opção "Consulte Seu Veículo", ou pelo aplicativo MT Cidadão. Após o pagamento, o cidadão pode emitir, também pelo site do Detran, o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo em formato digital (arquivo em PDF) ou imprimir em papel comum, o qual possui o mesmo valor jurídico do antigo (o "verdinho"), com autenticidade e segu-



FOTO: DIVULGAÇÃO

Calendário inicia no mês de março e segue até outubro de 2026

rança garantidos por meio de QR Code, que está ligado à base nacional de dados da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).O Detran-MT

ressalta aos condutores que, para licenciar o veículo e transitar de forma regular, é preciso quitar todos os débitos pendentes como IPVA, taxa

de licenciamento e possíveis multas de trânsito, além da regularização de pendências administrativas ou jurídica, caso o veículo tenha.

SORRISO

Fiscalização intensificada e alerta para multas por descarte irregular

DA REPORTAGEM

Apesar da finalidade clara dos ecopontos de Sorriso, criados para incentivar a destinação correta de materiais recicláveis através do programa Eco Sorriso, a Secretaria de Infraestrutura tem registrado e flagrado moradores deixando lixo fora dos containers, espalhando sujeira no entorno dos locais; e, em muitos casos, lixo doméstico e resíduos que não são recicláveis. O secretário de Infraestrutura, Transporte e Saneamento de Sorriso, Milton Geller, informa que todos os ecopontos são monitorados por meio do programa de vigilância e podem gerar identificação e aplicação de penalidades a quem descumprir as regras de uso.

Segundo a coordenadora do Eco Sorriso, Rawena Oliveira, o descarte inadequado pode ser enquadrado como crime ambiental com base na Lei nº 9.605/1998 (Lei de

Crimes Ambientais), especificamente o Art. 54, que prevê reclusão de um a quatro anos e multa para quem causar poluição que possa causar danos à saúde humana.

Atualmente Sorriso conta com 5 ecopontos distribuídos em diferentes regiões: Zona Leste (ao lado da Escola Municipal Flor do Amanhã e na Praça da Integração), Zona Oeste (no Villa Romana e na Avenida Noêmia Dal Molin) e na Zona Sul, em frente ao Centro de Eventos Ari José Riedi, onde a população pode depositar papel, papelão, plástico, vidro, metal e isopor devidamente limpos e separados.

A Prefeitura explica que a limpeza dos containers é realizada duas vezes ao dia, de segunda a sábado, justamente para manter a ordem e a higiene dos ecopontos. Para o descarte de restos de construção e galhadas, que não devem ser deixados nos ecopontos, o município dispõe



FOTO: DIVULGAÇÃO

Uso incorreto dos ecopontos pode resultar em multa e configura crime ambiental

do Depósito Municipal de Entulhos e Galhadas (DMEG), aberto diariamente das 6h às 18h na Estrada Vicinal E, Lote 60, Área de Expansão Urbana, ao lado da Cearpa Sorriso, destinado ao pequeno gerador, ou seja, ao cidadão comum. Já o lixo doméstico é recolhido regularmente nas residências pelas equipes da

Secretaria de Infraestrutura. A coleta seletiva porta a porta alcança quase 80% dos bairros, com materiais recicláveis sendo coletados mediante o uso dos sacos de ráfia especiais fornecidos pela Prefeitura. Moradores que não possuem a embalagem correta podem solicitar pelo telefone 66 99603-7730.

L.R.VERDE

Prefeitura abre prazo para solicitação de matrícula de novos alunos da rede municipal

DA REPORTAGEM

A Secretaria de Educação de Lucas do Rio Verde iniciou nesta semana o período de solicitação de vaga para matrícula de novos estudantes na rede municipal de ensino e para creche, etapa não obrigatória, que segue até o dia 9 de janeiro.

Conforme a Portaria nº 2233/2025, o procedimento deve ser realizado exclusivamente de forma online, por meio do site da Prefeitura de Lucas do Rio Verde, acessando a página da Secretaria de Educação e o serviço "Solicitação de Vagas para Matrícula", ou diretamente pelo endereço eletrônico disponibilizado no portal oficial do município.

Para efetuar o pedido, pais ou responsáveis devem anexar documentos como certidão de nascimento e CPF do estudante, CPF dos pais ou responsável legal, comprovante de residência atualizado e, nos casos de pessoas com deficiência, laudo médico.

Também podem ser

enviados documentos que comprovem critérios de prioridade, como situações de violência doméstica envolvendo a mãe ou a criança, acolhimento institucional, participação em programas sociais, condição de família monoparental ou de baixa renda, mãe economicamente ativa em situação de vulnerabilidade ou declaração de hipossuficiência financeira. O resultado das solicitações será comunicado pela Central de Vagas a partir do dia 19 de janeiro de 2026, juntamente com as orientações para a efetivação da matrícula. Já a partir do dia 14 de janeiro, novas solicitações para as etapas obrigatórias, do Infantil IV ao 9º ano do ensino fundamental, deverão ser feitas presencialmente na Central de Vagas, localizada na Avenida Espírito Santo, nº 261-S, no bairro Jardim das Palmeiras. Em caso de dúvidas, o atendimento é realizado de segunda a sexta-feira, das 7h às 12h, presencialmente, pelo telefone (65) 3549-7111 ou pelo aplicativo Telegram, no número (65) 9 9253-0981.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Matrícula de novos alunos

APROVADA

PROPOSTA GARANTE AOS HÓSPEDES PRIMEIRA E ÚLTIMA DIÁRIA COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 22 HORAS OU REDUÇÃO DO PREÇO



@SenadoFederal

Entenda lei que muda critérios sobre a Moratória da Soja em MT

FIQUE POR DENTRO. Acordo comercial privado perdeu validade depois de anos de impasse na Justiça

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Maior produtor de soja do Brasil, entidades do setor produtivo de Mato Grosso celebraram a perda da eficácia do acordo privado da Moratória da Soja a partir de 1º de janeiro deste ano, o que abriu espaço para a entrada em vigor de outras leis e normas mais aceitas pela categoria após anos de impasse na Justiça.

As principais empresas exportadoras de grãos já anunciaram a saída deste acordo na segunda (5), para se adequarem aos novos critérios de um decreto estadual.

Primeiro de tudo, vamos explicar: o que é a Moratória da Soja? É um pacto entre as empresas compradoras da oleaginosa, que está em vigor há quase 20 anos e proíbe a aquisição do grão cultivado de áreas desmatadas na Amazônia após julho de 2008, visando preservar a floresta.

Por ter produzido aproximadamente 30% da colheita da safra 2024/25, conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), os produtores de Mato Grosso apontaram que o pacto privado da Moratória da Soja não poderia legislar sobre o território nacional e nem se sobrepor à legislação brasileira.

Para a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), a saída das grandes empre-

sas do acordo da Moratória vai além de um movimento de mercado. “É a restauração da ordem jurídica no campo, uma vez que o único balizador aceitável para a produção agropecuária no Brasil é o Código Florestal Brasileiro, uma das legislações ambientais mais rigorosas e completas do mundo”, diz, em nota.

A Famato ainda destacou que “cai por terra a tese de que o monitoramento privado é superior à fiscalização pública. Se o produtor possui licença ambiental, respeita sua reserva legal e tem autorização dos órgãos competentes para produzir, ele não pode sofrer sanções comerciais”, diz.

Já a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) ressaltou que a saída desse acordo comercial privado é uma vitória para a sociedade. “É um reconhecimento claro de que, desde o início, a associação estava correta em combater um acordo incompatível com a legislação nacional, assimétrico na aplicação e injusto para o produtor que cumpre o Código Florestal Brasileiro”, afirmou.

Em setembro de 2025, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) suspendeu o acordo privado ao considerar que isso “constitui um acordo anticompetitivo entre concorrentes que prejudicam

a exportação de soja”. O Cade ainda viu indícios de cartel e potencial afronta à ordem econômica com a Moratória, porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) indeferiu a medida e ainda deve julgar o caso.

Ao mesmo tempo, o STF ainda restabeleceu a lei 12.709 de 2024, o que permitiu a entrada em vigor de uma norma estadual incorporada à essa lei, que trata dos critérios de concessão de incentivos fiscais e de terrenos públicos a empresas que participam de acordos excludentes à produção, semelhante a Moratória da Soja.

A Famato acrescentou que o desfecho não representa um fim e que não aceitará “que as restrições da antiga Moratória retornem disfarçadas de ‘políticas internas de compliance’ ou barreiras invisíveis”, disse. A entidade pediu por mais transparência nas relações comerciais.

O QUE MUDA COM O DECRETO ESTADUAL?

Com a volta da lei 12.709, o governo estadual publicou no dia 30 de dezembro o decreto nº 1.795 de 2025 para regulamentar o assunto. Para a Aprosoja, essa regulamentação trouxe mais previsibilidade institucional e segurança jurídica.

O decreto estabelece conceitos mais detalhados, fixa marco temporal, delimita hipóteses de



FOTO: INDEA-MT

Agora, uma lei voltou a valer

incidência, estrutura um fluxo administrativo de fiscalização, prevê instâncias decisórias e institui deveres declaratórios às empresas interessadas nos benefícios fiscais.

A Aprosoja chama atenção para a alteração do regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Prodeic), regulamentado dentro dessa lei. Isso porque o texto deixou de forma clara que não participar de acordos comerciais restritivos é uma condição para obter e manter incentivos fiscais.

Esse ponto do decreto

vai em linha com o entendimento da Famato. “A lei que retira incentivos fiscais de empresas que boicotam produtores legais provou-se necessária e eficaz. O incentivo fiscal é uma ferramenta de desenvolvimento, não de financiamento de agendas que ferem o direito dos produtores rurais”, disse.

Para colocar esses critérios em prática, contudo, a Aprosoja pediu um tempo de adequação à nova norma. “Tal medida permitiria que todas as empresas atualmente benéficiárias confirmassem sua adequação às novas

condições legais, mediante declaração expressa e assunção de compromisso de não adotar condutas comerciais discriminatórias ou restritivas à produção agropecuária legalmente permitida”, destacou.

Diante disso, a entidade disse que já estruturou um fluxo próprio de monitoramento para acompanhar possíveis descumprimentos da lei e do decreto, e encaminhar aos órgãos competentes os casos em que houver comprovação de práticas proibidas pela legislação em vigor.

+150

Norte • Centro Oeste • Sudeste

LOCALIDADES

««

ENVIOS EXPRESSOS

»»

AGILIDADE

SEGURANÇA

RAPIDEZ

(65) 3623-2939

(65) 9 9699-3505

www.elogcomendas.com.br